

Custo do desajuste fiscal pode chegar a R\$ 430 bi em 2023

Contas públicas Cálculo de economistas do Ibre inclui furo no teto de gastos, perda de receita, riscos e custo financeiro

Desajuste fiscal pode custar R\$ 430 bi em 2023

Marsílea Gombata De São Paulo

De Salo Paulo

O Brasil pode ter de arcar com uma conta adicional de R\$ 430 bilhões em 2023, o equivalente a 42% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo economistas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FOV Bre). Esse "cheque" que os cofres públicos podem ter de enfrentar no ano que vem decorre das medidas que está o sendo adotadas este ano ou previstas para 2023, sendo composto pelo furo no teto de gastos, perdas de arrecadação, custos financeiros e outros riscos.

Na edição de agosto do Boletim Macro, do FGV Bre, os economistas Bráulio Borges e Manoel Pires abrar que, diante do tamanho der am que, diante do tamanho de conta, a solução de curto prazo

da conta, a solução de curto prazo parece ser o "waiver" fiscal — licença temporária das regras fiscais pa ra organizar o Orçamento até ha-ver discussão mais madura sobre a

ra organizar o Orçamento ate harver discussão mais madura sobre a situação das finanças públicas. "Falar de desáño fiscal em 2022 já passou. Agora o relevante é falar de 2023", afirma Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro. "Os impactos das escolhas que esto sendo feitas ao longo deste ano e o choque internacional terão desdobramentos."

Na seção sobre política fiscal, Borges Pires lembram que a ideia de uma licença temporária tem ganhado força como solução para o problema fiscal do Brasil, que vai além do teto de gastos. Do lado do presidente jair Bolsonaro, o ministro Paulo Guedes já ressaltou a necessidade de um "waiver" fiscal para manter gastos sociais. Da parte ra manter gastos sociais. Da parte do ex-presidente Luiz Inácio Lula va, o ex-ministro Nelson Barbosa, que o auxilia, tem aventado a hipótese de licença fiscal no início de um eventual governo petista. "Tal diretriz decorre do acúmulo

de problemas orçamentários e riscos fiscais que surgiram e que am-pliam a incerteza", escrevem os economistas no Boletim Macro

Eles dividem o "cheque" de 2023 em quatro categorias. A primeira são despesas não cobertas no Oro e que colocam em xeque o teto de gastos, como a manuten-ção do Auxílio Brasil em R\$ 600, o

oteto de gastos, como a manutenção do Auxilio Brasil em R\$ 600, o
reajuste do funcionalismo e a revisão das despesas discricionárias.
Essa conta ultrapassa R\$ 120 bilhões, cerca de 1,2% do PIB.

Outra parte diz respeito a medidas com impacto negativo sobre a receita e que afetam apenas
o resultado primário, mas não o
teo de gastos. Por exemplo, recentes desonerações e o reajuste
da tabela do Imposto de Renda
que podem custar para o governo federal mais de R\$ 25 bilhões
permanentes. "Se considerarmos
[também] a normalização da arceadação do setor de petróleo,
estimada em R\$ 62 bilhões, o total chega a R\$ 86 bilhões, co
tal chega a R\$ 86 bilhões, mais de
0,8% do PIB)", afirmam.

Há também eventos com impactos financeiros negativos, tais-

pactos financeiros negativos, tais como a elevação da taxa de juros e a suspensão do pagamento das dívidas dos Estados. Borges e Pires argumentam que isso leva a uma piora do déficit nominal pela elevação do pagamento de ju-ros líquidos. Somados, esses dois eventos poderiam ter custo fiscal da ordem de R\$ 77 bilhões, por volta de 0,7% do PIB.

último componente são os ainda incertos, mas com





potencial de grande impacto nas finanças públicas. Como os precatórios e a compensação que o govemo deve fazer aos Estados
por ocasião do corte de impostos, que pode chegar perto de
RS 144 bilhões, ou 1,4% do PIB.

"Essa é uma estimativa com base
em questões com impacto relevante, que geram discussão judicial
eafetam o governo. Não necessariamente é um passivo fiscal imediato
ou que irá se gastar 4,2% do PIB",
diz Manoel Pires.

Para Pires, hå uma piora do déficit fiscal, porque grande parte.

Para Pires, há uma piora do dé-ficit fiscal, porque grande parte dos eventos previstos no Boletim tem probabilidade de acontecer. Mas o impacto fiscal pode ser me-nor do que 4,2% PIB dependendo de decisões do governo de adiar regjuste servidores, tabela IR, ou de aumentar tributos sobre com-bustífesir, na pocue sem est. "Na de aumentar tributos sobre com-bustíveis no ano que vem etc. "Na verdade isso é um desafio fiscal que está colocando em xeque re-gras fiscais, podendo ter reversão e piora do resultado primário do ano que vem. Ainda não há pers-

pectiva de controle fiscal certo.'

pectiva de controle fiscal certo." "Esse 'waiver' ganha força com a necessidade de se fazer algum freio de arrumação", diz Pires. 'Un amanho dele dependerá do que o próximo governo acha que é im-portante dentro de sua linha polí-tica e o que acha que consegue se-guara ao longo do tempo em sua estratégia de equilibrio fiscal." Borres-a rumumenta que o merca-

Borges argumenta que o merca-do parece vir indicando que estaria disposto a aceitar um 'waiver' de R\$ 70 bilhões. "Se essa prorroga-ção do Auxílio Brasil em R\$ 600 é da ordem de R\$ 60 bilhões, na prática é como se o mercado aceitasso isso, mas dissesse que todo o resto terá de ser revertido."

terá de ser revertido."

Ele considera que isso seria complicado do ponto de vista político e poderia minar a lua de mel que um noso governo tem em inicio de mandato, quando possui mais capital político para articular propostas junto ao Congresso. "Acho que um invaive" ent torno de 18, 1,5% do PIP parece ser válido levando em consideração que isso

compra tempo para equacionar bombas fiscais em janeiro de 2023, ao mesmo tempo em que se desenha novo arcabouco fiscal para o Brasil', diz. Um bom prazo para esta licença acabar, afirma Borges, seria fim de agosto de 2023, quando é emviado ao Congresso o Projeto de Lei Orçamentária de 2024.
Borges lembra, contudo, que a dieia de Vauiver" fiscal não é nova. O governo de Michel Temer ampliou a meta de deficit primário em 2016 e o teto de gastos passou valer apenas a partir de 2017.
"Houve uma revisão bastante expressiva da meta de resultado primário para 2016, pouco antes

primário para 2016, pouco antes primario para 2016, pouco antes da aprovação do teto de gastos. Passou de um superávit de RS 30,5 bilhões para um déficit de RS 163,9 bilhões*, lembra. "Essa mudança de RS 194,4 bilhões equivale a 3,1% do PIB de 2016. Olhando para a despesa efetiva do governo cen-tral, ela foi de 19,9% do PIB em 2016, contra 19,4% em 2015."

O chamado Grupo dos Seis — ormado pelos economistas Ber-

nard Appy, Pérsio Arida, Francisco Gaetani e Marcelo Medeiros,
pelo advogado Carlos Ari Sundfeld e pelo cientista politico Sérgio Fausto — tem uma proposta
de regra fiscal provisória enquantos e discute um novo arcabouço.
No documento "Contribuições
para um governo democrático e
progressista", entregue para o
presidenciáveis, eles defendem
uma revisão do regime fiscal que
contemple regras fiscals, reformulação das regras orçamentárias e a redução da rigidez dos
gastos. Até que se tenha claro gastos. Até que se tenha claro qual será a nova regra, propõem um programa especial de gastos como meio de antecipar a reducão futura de gastos obrigatórios.

Silvia Matos acredita que parte dessa dor de cabeca fiscal poderia ter sido evitada se o go atual tivesse feito uma política social mais focalizada.

"Você dá mais impulso fiscal para 2022, ganha em termos de PIB. Mas, no fim das contas, acaba tendo mais inflação e juros para o

ano que vem", argumenta. "Então é uma herança bem maldita para o próximo governo. Há uma pressão muito alta por agastos, e uma parte disso está contratada."

Borges e Pires escrevem no Bolemano, esta de la forma de la forma fiscal for mesmo o caminho a ser seguido, é preciso um acordo político porque" o cenário de juros e inflação ainda requer muito cuidado". "A dúvida és poderemos ou não reduzir juros em 2023. Vai depender se a inflação vai ceder", afirma Silvia.

Para o FGV lbre, as políticas fiscal e a monetária, a geopolítica e a normalização das condiços sanitárias são as quatro principais forças que moldarão o desempenho da economento de sempenho da economento. O mentiros somo conserva como conserva de conserva

o desempenho da economia neste ano e no próximo. O instituto afirma que, apesar de a atividade ter surpreendido para melhor na primeira metade de 2022, não há como não temer que os próximos semestres sejam um período muito desafiador para o consumo das famílias e a

um periodo muito desaltador para o consumo das familias e a economia em geral.

Em junho, os indicadores de alta frequência mostraram resultado positivo pelo lado dos serviços, mas desaceleração no varejo e na indústria. Com isso, o FCV lbr ervisou o crescimento do PB no segundo trimestre de 0.8% para 1,0%, ante o primeiro trimestre. Na comparação em relação ao mesmo periodo do ano anterior, a revisão passou de 2,7% para 2,9%.

O PB do setor de serviços no segundo trimestre teve revisão de 0,2% na variação trimestral (e 3,1% na anual) para 0,6% (e 3,8%), em relação ao último Bolerium Macro. O desempenho da construção civil também foi revisado, de -2,2% para 1,8% na variação -2.2% para -2.2% para 1,8% na variação -2.2%

de -2,2% para 1,8% na variação trimestre contra trimestre e de 2,5% para 8,5% na comparação

com igual período de 2021. Também houve revisões para cima no PIB da indústria no se gundo trimestre (de 0,2% para 0.9% trimestre contra trimestre de -0,6% para 0,3% na anual), ne consumo das famílias (de 1.4% para 2% e o de 4% para 4,5%) e no consumo do governo (de -0,6% para 0,1% e de 1,0% para 2,0%).

consumo do governo (de -0,6% para 0,1% ede 1,0% para 2,0%). Foram revisados para baixo as projecões para o segundo trimestre do setor agropecuário (de 6,6 mara 12% na avariação trimento (de 4,0% para 12% na avariação trimento (de 4,0% para 13,1% ed 0,4% para 0,9%). Apesar das mudanças, o instituto manteve as projeções de rescimento do PIB de 1,7% em 2002 e de contração de 0,3% em 2023. O Boletim Macro alerta que faem curso um processo de desaceleração da atividade, que es soma ao alto nivel de incerteza na economia, alimentada pelo calendário eleitoral. "Estímulos fiscais e reduções temporárias de preços administrados devem ajudar neste segundo semestre, mas perderão força, ou invertezio o sinal, em 2023", afirma. (So efeitos contrazionates da noli. "Co efeitos contrazionates da noli. "Co efeitos contrazionates da noli." Co efeitos contrazionates da noli. "Co efeitos contrazionates da noli." verterão o sinal, em 2023", afirma "Os efeitos contracionistas da política monetária se tornarão cada vez mais fortes, mesmo que o BCB comece a reduzir a Selic ainda em

2023, como aposta o mercado."

Nesse contexto, a desaceleração da economia mundial deve impactar negativamente os pre-ços das commodities, e o efeito da normalização das condições sanitárias deve perder importância

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Brasil Caderno: A Pagina: 4